

- REQUERIMENTO** Número / (.^a)
- PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

O distrito de Setúbal tem sido dos mais prejudicados pelo atual Governo.

Na verdade, constata-se facilmente que, também do ponto de vista rodoviário, o distrito foi abandonado pelo atual Governo.

Continuamos a assistir a constantes retrocessos, hesitações e adiamentos de construção de infraestruturas rodoviárias, que se encontram planeadas, algumas já iniciadas, mas que nunca mais são concluídas.

Pudemos mesmo assistir a alguns casos, como aconteceu com a construção dos troços do IP8/A26 e a requalificação do IP2 (Sines – Beja), em que as obras foram canceladas por determinação da Estradas de Portugal, S. A. após ter celebrado um acordo com a subconcessionária em claro prejuízo das populações e autarquias.

No caso do IC 1, entre Alcácer e Grândola, o Governo chegou mesmo a dar instruções para a suspensão das obras, com as mesmas já suspensas, ilibando a concessionária e prejudicando, de forma clara, as populações, mantendo as vias degradadas, em condições inaceitáveis, colocando em risco a segurança de todos os utilizadores.

No caso do Nó do Lousal, e já após a publicação em Diário da República do respetivo procedimento concursal, optaram por anular o processo evocando que a intervenção tinha deixado de ser prioritária, contrariando os anseios das populações.

Constatamos da parte deste Governo uma maior preocupação com as concessionárias do que com as populações, com o crescimento económico e com o desenvolvimento do país, continuando a discriminar as populações e dificultando o seu acesso à mobilidade rodoviária em segurança.

Em vez que resolver os problemas de circulação rodoviária, o Governo preferiu os anúncios constantes de que as obras iriam recomeçar, ou iniciar-se, mas continuamos a assistir a uma total inércia no cumprimento das obrigações com as populações.

Sobre esses problemas já haviam sido colocadas questões - nº 1003/2014, de 12 de fevereiro e nº 2225/2014, de 3 agosto – que, até ao momento, não mereceram respostas por parte do Governo.

Nos termos do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de V. Exa, perguntar ao Senhor Ministro da Economia:

1. Quando é que serão retomadas as obras, que ainda se encontram por concluir, relativas aos lanços do IP8/A26?
 2. Qual será o prazo para conclusão das mesmas?
 3. Quando é que se iniciam os trabalhos de reabilitação do troço do IC 1 Alcácer do Sal/Grândola?
 4. Qual é o prazo para a execução dessas obras?
 5. Está prevista a abertura de novo concurso para a reformulação da ligação ao Lousal – IC 1?
- Com os melhores cumprimentos.

Palácio de São Bento, quarta-feira, 18 de Fevereiro de 2015

Deputado(a)s

EURÍDICE PEREIRA(PS)

VIEIRA DA SILVA(PS)

EDUARDO CABRITA(PS)

ANA CATARINA MENDONÇA MENDES(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)